

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O SERTANISTA EDUARDO DE LIMA E SILVA HOERHANN E O SPI EM SANTA CATARINA¹

Carlos Eduardo Bartel
Instituto Federal Catarinense (IFC)
carlos.bartel@ifc.edu.br

Introdução

A história do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e dos povos indígenas Xokleng em Santa Catarina se confunde com a biografia do sertanista Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. O SPI e o seu servidor Eduardo, iniciaram suas ações frente aos indígenas na década de 1910 e, encerraram suas trajetórias de modo melancólico, respectivamente, em 1967 e 1954.² O texto ao analisar essa história transcorrida, durante a primeira metade do século XX, na região do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina - onde foi criada e se encontra a Terra Indígena Ibirama (TII), que se estende pelos municípios de Doutor Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux, e Vitor Meireles -, tem como objetivo caracterizar e compreender a atuação e os propósitos de ambos. Igualmente, busca avaliar como essa história (da Instituição e de seu agente) tem sido representada através de diferentes narrativas ao longo do tempo, apresentando assim, diferentes percepções de como esta história tem sido contada e compreendida. A importância de situar e conhecer essas diferentes perspectivas contribui para melhor compreensão do tema e de sua complexidade. Para isso, foram consultadas fontes diversas, como documentos em acervos, produção bibliográfica e notícias em periódicos, entre outras.

O artigo divide-se em três partes, inicialmente discorre sobre a criação do SPI e sua atuação inicial em Santa Catarina, em seguida apresenta de forma resumida a trajetória de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, por fim, aponta alguns atores e grupos

¹ A pesquisa, realizada no Instituto Federal Catarinense (IFC), contou com o apoio do *Campus* Ibirama, com a colaboração do Prof. Dr. Adriano Mafra e com o trabalho das bolsistas Alessandra Duarte e Haissa Cristina da Silva Soares, estudantes do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio.

² O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN) foi criado através do Decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910, com o Decreto-Lei n. 3.454, de 6 de janeiro, de 1918 passou a se chamar apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que narram a história dos povos indígenas no Vale do Itajaí, no sentido de refletir como essa história tem sido reconstruída, contada e compreendida, situando assim diferentes perspectivas.

Quando o SPI foi criado em 1910, já havia um longo histórico de violência e extermínio relacionados aos povos indígenas no território catarinense. Os contatos entre diferentes agrupamentos indígenas e populações brancas ocorreram desde a chegada dos europeus à América. Em um primeiro momento, a partir da colonização luso-açoriana nas áreas litorâneas do sul do Brasil. Depois, em 1766, com a fundação de Lages na região serrana de Santa Catarina, a criação e o comércio de gado, aproximou e promoveu contatos intensos entre indígenas Kaingang, fazendeiros e tropeiros.

Para os fazendeiros e colonos essa aproximação, propiciada pela expansão pastoril, representou um reforço para combater um grupo considerado hostil, os Xokleng (chamados pelos portugueses de botocudos) que transitavam pelo território, que atualmente forma a região sul do Brasil. De modo geral, a territorialidade histórica e temporal desses povos originários transcorreu nas terras altas dos campos de cima da serra, muito em função dos recursos naturais, e mais tardiamente no Vale do Itajaí.

As terras próximas ao Vale do Itajaí permaneceram inabitadas por colonos até 1807, quando teve início o “povoamento da região de Porto Belo, situada a uns 20 quilômetros da foz do rio Itajaí-Açú” (SEYFERTH, 1999, p. 37). Ao longo do século XIX, a vinda de levas de imigrantes europeus para o Brasil foi estimulada pelo Império para fins de colonização das terras ocupadas por indígenas, consideradas vazios demográficos. Para as regiões sul e sudeste se deslocaram imigrantes, principalmente alemães, poloneses e italianos, sendo intensificada a ocupação do território, que avançou em direção ao Vale do Itajaí, a partir da criação das colônias Blumenau, em 1850, e Dona Francisca (Joinville), em 1851, dando início ao processo colonizador e a “expansão agrícola” na região, conforme expressão de Darcy Ribeiro (2017).

As duas colônias serviram como ponto de apoio para ocupação das terras do interior do Vale, em vista desse processo, grupos Kaingang e Xokleng tiveram cada vez mais seu território limitado, se concentrando entre a região serrana e o vale catarinense.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Aumentaram os contatos e conflitos entre indígenas e colonos, bem como a organização de grupos de extermínio para resolver a questão indígena, chamados de bugreiros.

No Alto Vale do Itajaí a ocupação e o loteamento das terras transcorreu a partir de um empreendimento privado executado pela Sociedade Colonizadora Hanseática, que trouxe imigrantes oriundos da Itália e das regiões central e norte da Europa para ocupação das terras. Em novembro de 1897, a Sociedade fundou a Colônia Hamônia, onde, em 1914, ocorreu o contato pacífico entre representantes do SPI e um grupo Xokleng.³

O contato pacífico que teve Eduardo Hoerhann como protagonista se inscrevia em um contexto histórico de agressões e violências, ocorridas de forma mais intensa desde a criação da Tropas de Pedestres na década de 1830 e, posteriormente, de grupos bugreiros, que prestavam serviços para órgãos públicos e privados. A trajetória dos Xokleng e de seu extermínio se desdobra, assim, em várias etapas, trata-se de “uma dramática experiência”, conforme palavras do antropólogo Sílvio Coelho dos Santos (1987).

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em Santa Catarina

A ação dos bugreiros contribuiu para o extermínio das populações indígenas no sul do Brasil, essa situação ganhou maior visibilidade a partir de 1908, quando no XVI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Viena, o naturalista e etnólogo tcheco Albert Vojtech Fric denunciou o genocídio impetrado aos indígenas do Brasil, e, mais particularmente, aos povos de Santa Catarina, esse fato contribuiu para que os indígenas fossem vistos como seres humanos e para a criação do SPI, por parte do Estado brasileiro.⁴

³ Encontros entre indígenas e colonizadores ocorreram em diferentes épocas, bem antes de 1914, de modo que a relação com o mundo “civilizado” não era bem vista pelos indígenas, que conheciam os malefícios trazidos pelos exploradores e demais frequentadores das matas subtropicais.

⁴ Albert Fric havia sido convidado para assumir a pacificação dos Xokleng em Santa Catarina, porém, não durou no cargo devido pressões exercidas pelas companhias de colonização alemãs. No Congresso de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Após frustradas tentativas de contato pacífico, o SPI havia sido instalado em Santa Catarina, em 1912, através de uma inspetoria, para a qual foi nomeado como Inspetor o Tenente José Vieira da Rosa, convidado para ocupar o cargo pelo próprio Rondon. Em algumas situações Vieira da Rosa teve de fazer valer sua condição de militar, “para obter acatamento às suas decisões” (SANTOS, 1987, p. 129), neste mesmo ano Eduardo Hoerhann solicitou seu ingresso na Instituição, como fotógrafo.

O “Serviço” como era chamado por seus agentes tinha por objetivo resolver problemas diversos relacionados à questão indígena no Brasil, visava, conforme seu nome proteger os indígenas e integrá-los à sociedade nacional por meio do trabalho, garantindo assim “um cerco de paz” para fundação de colônias agrícolas, para exploração e ocupação de terras. A pacificação de um agrupamento representava sempre a redução de seu território de caça e coleta, invadido por extratores de produtos da mata, agricultores ou criadores de gado, conforme a economia dominante na região (RIBEIRO, 2017, p. 177). Porém, o SPI não estava atrelado apenas aos interesses de ocupação/exploração das terras indígenas, pois tentava conciliar os interesses relacionados à ocupação de terras com a proteção aos índios.

Vinculado inicialmente ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e dirigido por Cândido Mariano da Silva Rondon, havia um planejamento estratégico de caráter humanista que tinha por base a doutrina positivista, “Rondon seguia uma política de não violência”, o que fez com que Albert Einstein, em sua visita ao Brasil em 1925, ficasse “maravilhado com a ideia de um general pacifista” (ROHTER, 2019, p. 20). O lema oficial do SPI “Morrer se preciso for, matar nunca” foi levado ao extremo por muitos de seus agentes, o SPI, nas palavras de Darcy Ribeiro, pusera em prática o seu programa humanista, “opondo-se deste modo a centenas de potentados locais, cujos

Viena, Fric referiu que a colonização no sul do Brasil se processava sobre os cadáveres de índios, mortos por grupos bugreiros, atendendo aos interesses de companhias de colonização, de comerciantes de terras e do governo, solicitou, assim, que o Congresso protestasse contra os crimes cometidos. O assunto obteve repercussão na imprensa europeia, na Alemanha, jornais levantaram a hipótese de que Fric estava interessado em deter o fluxo de imigrantes para o Brasil, por motivos políticos. No Brasil, houve algumas referências na imprensa sobre os pronunciamentos, porém, foi Hermam von Ilhering que verdadeiramente abriu o debate ao tentar relativizar e refutar as declarações de Fric (Cf. SANTOS, 1987, p. 118).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

negócios se baseavam na exploração da mão de obra indígena e cujos projetos de riqueza se assentavam em perspectivas de usurpação de terras de índios”. Seus servidores tinham ciência, muitas vezes por experiência pessoal, que não podiam “contar com os governantes estaduais e locais, quase sempre ligados, política e economicamente, aos interesses dos exploradores dos índios (RIBEIRO, 2017, p. 133).

O SPI adquiriu desde o início conotações nacionalistas, tinha nos jovens oficiais do exército, influenciados pelo positivismo, sua principal base de apoio e trabalho. Por sua vez, para as empresas privadas, muitas influenciadas por capitais estrangeiros, significava uma interferência do governo federal em seus negócios. Para as colônias, e para muitos imigrantes, o SPI promovia a valorização do indígena em detrimento da população que trabalhava para o desenvolvimento do país (visão que ainda persiste em Santa Catarina). Para estes, os problemas envolvendo indígenas deveriam ficar ao encargo das administrações locais, sem a interferência federal, considerada indevida.

Por outro lado, em relação a formação dos servidores do SPI, ainda que ela ocorresse através do exercício prático, a ação da instituição ocorreu de modo bem delineado em todo o Brasil. Os princípios e as normativas da instituição eram conhecidos e correntes entre seus membros, muitos pertencentes aos quadros do exército, que mantinham uma ampla rede de contatos através da troca de missivas e da produção de relatórios institucionais. Também era de conhecimento geral a maneira inicial de agir e os procedimentos que deveriam ser adotados. Em linhas gerais, a tarefa do SPI, na maioria dos casos, era impedir que os indígenas fossem chacinados, que morressem de fome ou vitimados por doenças, enfim, que fossem conduzidos ao desespero e a marginalidade (RIBEIRO, 2017, p. 172).

Como exemplo, os termos “pacificação” (termo militar empregado em cenários de conflito) e “posto de atração”, bem como propostas relacionadas à higiene, educação e trabalho não se referem especificamente à situação de Santa Catarina ou dos Xokleng, são premissas estabelecidas pelo SPI para o contato com as populações indígenas em todo o país. Os postos tinham como objetivo tornar os grupos indígenas sedentários, ensiná-los a cultivar, dar-lhes noções de propriedade e civilizá-los através do trabalho, e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

também ajudaram a proteger os indígenas dos ataques de bugreiros. Em Santa Catarina, “a certeza de que o governo não estava mais disposto a permitir a matança indiscriminada de indígenas descontentou a todos, na área de colonização” (SANTOS, 1987, p. 132).

Em 1913, sob o comando de Raul Abbott (a troca de inspetor denota a dificuldade do trabalho), foi criado às margens do Rio Plate, no Vale do Itajaí o “Posto de Atração”, no qual Eduardo Hoerhann faria o contato amistoso. Os funcionários do Posto contavam com a proteção do exército.

Com frequência era feita a navegação dos rios locais e também expedições pelas matas com o intuito de encontrar os Botocudo. De acordo com os escritos, nada foi encontrado além de poucos vestígios às margens do Rio Hercílio e de seus afluentes. Com isso o inspetor Raul Abbott pôde concluir que os indígenas eram nômades, caçadores e coletores, o que o fez crer, que possivelmente, não os encontraria com facilidade. Apesar das claras decepções de não ter completado sua missão, o inspetor planejava ao menos dar continuidade às aberturas de estradas para facilitar a chegada de mantimentos e o acesso às colônias locais (HOERHANN, 2005, p. 62).

Nesse contexto, a atuação de Eduardo Hoerhann como protagonista iniciou com o pedido de demissão de Raul Abbott em 1914. Em carta enviada ao seu pai, em dezembro de 1913, Eduardo escreveu que entre outubro e dezembro daquele ano ocorreram inúmeras incursões de contato sem êxito. Além disso, havia o descontentamento da maioria dos funcionários do SPILTN “que ameaçavam abandonar o Serviço, caso não houvesse aumento salarial” (HOERHANN, 2005, p. 63).

Eduardo de Lima e Silva Hoerhann: o “pacificador”

Pouco se sabe sobre os motivos que levaram Eduardo de Lima e Silva Hoerhann a entrar no SPI, alguns atribuem como motivação o espírito de aventura característico da juventude, isso fez com que o jovem idealista imbuído da visão romântica de “civilizar os selvagens” trocasse o conforto de sua família para se tornar um sertanista (termo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

genérico para definir os servidores do SPI que aprenderam seu ofício de modo prático e os organizadores de expedições de pacificação) na matas do interior de Santa Catarina.⁵

O contato entre agentes do SPI liderados por Eduardo Hoerhann e um grupo Xokleng ocorreu em 22 de setembro de 1914. Com isso o sertanista, obteve notoriedade, visto a repercussão na imprensa local, contudo, além da notoriedade, Eduardo passou por dificuldades diversas, relacionadas ao choque cultural surgido entre as propostas do SPI, as intenções dos colonizadores e o modo de viver dos Xokleng. Em 1915, ele escreveu em seus relatórios que foi procurado por fazendeiros, que dizendo representar os habitantes da região, desejavam “acabar com a imundície”, para isso a ideia era envenenar os indígenas através da distribuição de carne de gado condimentada com veneno. Para os fazendeiros locais, se o SPI “havia conseguido reunir uma boa parte dos Xokleng e sediá-los em um território comum, essa era uma excelente chance de exterminá-los (HOERHANN, 2012, p. 87-88). Assim, a pacificação possuía diferentes significados, os quais persistem nas narrativas que contam essa história.

A partir desse contato, grupos indígenas Xokleng, e também Kaingang e Guarani passaram a ser recebidos e reunidos no Posto de Atração, às margens do Rio Plate, criado no ano de 1912 em terras pertencentes à Colônia Hamônia, cedidas pela Sociedade Colonizadora Hanseática para tal propósito.

O período compreendido entre 1914 e 1919 é caracterizado pelo trabalho intenso, por dificuldades diversas, nessa época, a permanência no Posto oscilava entre cem e duzentos indígenas. Em 1919 Eduardo conseguiu resolver conflitos no distrito de Curitiba, entre o fazendeiro Antonio de Haro Varella e os Xokleng. O agente do SPI, igualmente agia no sentido de convencer as autoridades e também populares, que viviam nas localidades próximas ao posto, sobre a necessidade de resolver o problema indígena.

⁵ Eduardo de Lima e Silva Hoerhann nasceu em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 29/08/1896 e faleceu em Ibirama, em 30/08/1976. Seu pai, Miguel Hörhann foi oficial na Imperial e Real Marinha de Guerra da Áustria até 1884, e Capitão-Tenente da Armada Nacional e sua mãe, Carolina de Lima e Silva Aveline, tinha vínculos de parentesco com Duque de Caxias, ascendência da qual Eduardo se orgulhava. O nome do Posto Indígena Duque de Caxias, é uma criação de Eduardo que obviamente agradou o SPI.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em 1920 o Posto de Atração tornou-se Posto Indígena com o nome Duque de Caxias e, em 1926, tendo Eduardo Hoerhann como protagonista, ocorreu a demarcação das terras para os indígenas e a oficialização da Reserva Indígena Duque de Caxias, que na maioria das vezes contava com dificuldades financeiras e de recursos humanos. A partir de então, a vida do servidor do SPI parecia alcançar certa estabilidade, em 22 de setembro de 1920 Eduardo Hoerhann se casou com Francisca dos Anjos, de descendência indígena, o casamento, ocorrido na Colônia Hamônia/Ibirama, representava na prática o sucesso da integração proposto pelo SPI.⁶

Eduardo, tendo formado sua família, atuava assim, “limitado por penúrias orçamentárias e dificultado pela falta de orientação. Resolvia seus problemas sozinho e com o passar dos anos toda a motivação que o levou a atrair os Xokleng acabou por desaparecer”. Em 1939, ele escreveu um artigo no qual lamentava o “crônico estado de penúria e de desamparo em que, há longo tempo” se debatia o Posto Indígena (SANTOS, 1987, p. 229).⁷

O SPI visava proteger os indígenas das violências diversas que sofriam e integrá-los à sociedade nacional, por isso, muitas de suas ações eram inclusive contrárias à preservação cultural dos indígenas. Em meio a essa trama, que destruía e alterava a cultura indígena, não os integrava à sociedade maior e nem produzia convergência entre índios e brancos, Hoerhann percebeu que “gastara sua vida em vão”, como ele ficou totalmente sozinho, “não era o SPI que falia. Era Hoerhann” (SANTOS, 1987, p. 231).

Na década de 1950 o SPI passou por transformações, o então caráter positivista foi substituído por uma orientação científica, principalmente de caráter antropológico.

⁶“Fanny” como era conhecida, nasceu em 19/01/1900 e faleceu em 02/07/1994. O casal que residia no Posto Indígena teve seis filhos: Dalbérzia, Setembrino, Generino, Generina (Nice), Esmeraldina e Laioneli. Após a separação do casal, Fanny se mudou para Brusque, onde é lembrada pelos moradores do bairro Santa Terezinha por sua religiosidade, seu charme, elegância e por conduzir sua bicicleta pelas ruas. Sua trajetória, uma história à parte, foi relatada no livro “Fanny: uma vida em perspectiva” (2010).

⁷Em 10 de julho de 1963 Eduardo Hoerhann concedeu uma entrevista ao antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, nesta “o pacificador” referiu que “é um crime pacificar índios; tirá-los de seu habitat. Esses índios daqui eram homens puros; são. Hoje estão, como o senhor está vendo degradados. Nas palavras de Sílvio Coelho, “a essa altura, Hoerhann já estava totalmente desiludido com sua obra” (1987, 229-230).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nesse período, o SPI em Santa Catarina, representado por seu agente, fazia a mediação entre o Posto Indígena Duque de Caxias e os interesses econômicos regionais:

Havia uma grande pressão por parte dos madeireiros locais e colonos sobre as florestas e terras destinadas aos índios. Eduardo Hoerhann mantinha uma postura ambígua. Ao mesmo tempo em que ajudou o processo de colonização, mantendo os Xokleng à força dentro da TII [Terra Indígena Ibirama], utilizando cercas e forças armadas – com vários episódios de violência e truculência de sua parte diante dos Xokleng -, a sua formação romântica perpassava pelo preservacionismo ambiental e proteção dos índios dos males da civilização, gerando desagrado entre colonos, políticos e madeireiros interessados na Terra Indígena (WIIK, 2010, p. 34).

No Posto Duque de Caxias muitos Xokleng se converteram à religião pentecostal Assembleia de Deus, questão que repercute até os dias atuais.⁸ Os indígenas igualmente se envolveram com a política indigenista, o que culminou no assassinado do kaingang Lilí Priprá, em 24 agosto de 1954, próximo a casa de Hoerhann. Lilí Priprá, foi trazido para ajudar no Posto, sendo assassinado após denunciar irregularidades no Posto e ter se desentendido com Hoerhann e outros funcionários, caso analisado por Sílvio Coelho dos Santos (1987).

O crime apontava para Eduardo Hoerhann que foi afastado do SPI, sendo inocentado anos depois. Ainda de acordo com Santos (1997, p. 59), após a aposentadoria seus anos de vida foram tristes: “vivia marginalizado pelos índios, pelos funcionários do SPI/FUNAI e pelos regionais. Apesar das suas posições ambíguas [...]”, não há dúvidas “de sua dedicação à causa indígena e aos Xokleng”. Em 1965, o Posto Indígena Duque de Caxias foi novamente demarcado e, em 1975, recebeu seu nome atual: Terra Indígena Ibirama (TII). Poucos anos antes de sua morte, ele recebeu algumas homenagens como o título de cidadão honorário de Ibirama, igualmente, o Museu de Ibirama leva o seu nome. Durante quatro décadas Hoerhann atuou no Posto

⁸ Após tentativas de cooptação dos Xokleng pela Igreja Católica na década de 1920, sem o apoio do SPI que, ao seguir a doutrina positivista, não permitia a interferência da Igreja, vista com desconfiança pelo órgão federal, a ação da Igreja foi permitida devido o aumento de casos de violência e alcoolismo envolvendo indígenas que entravam cada vez mais em contato com o mundo do homem branco.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Indígena, morreu em 1976, mas o personagem continuava vivo e o título, de pacificador, permanece com força até os dias de hoje na memória local.

Ao se analisar a trajetória de Eduardo Hoerhann, percebe-se dois grandes momentos. No primeiro, o jovem idealista que acreditava no processo de integração porposto pelo SPI, muitas fotografias mostram um jovem entusiasmado que se orgulha em registrar seus feitos posando ao lado de indígenas bem vestidos, isto é, já “civilizados”. No outro, o ancião descrente, um homem amargurado, desconfiado, sente-se enganado, o lugar onde ele e os indígenas estão não é desejado quando começou seu trabalho. Ao invés de civilizar ele ajudou a destruir a cultura indígena, dizia que “engordou o sapo para a cobra comer”. Em seus últimos anos, viveu recluso, quase um eremita, que demonstrava desconforto e mágoa ao falar nos indígenas.

Nos últimos anos de sua vida, Hoerhann afirmava que “pacificar o índio é o crime dos crimes”. Numa entrevista, concedida ao jornalista Laudelino José Sardá, publicada em 14 de dezembro de 1975, no jornal “O Estado”, ele referiu que, se pudesse, “não voltaria a cometer esse pecado”, afirmando que “o índio pacificado é destituído de tudo. E o pior é que todos ainda cometem esse pecado, inclusive a Funai” (SCHMITZ, 2014).

A experiência de servidor do SPI transformou o jovem idealista no amargurado ancião que, ao logo de sua vida, percebeu a complexidade da questão indígena em seus meandros. “Se Eduardo Hoerhann imaginou a pacificação de forma romântica e aventureira, os fatos que logo se sucederam aos primeiros contatos amistosos lhe foram dando consciência da realidade” (SANTOS, 1987, p. 153). Hoerhann dedicou sua vida por uma questão muito maior do que sua ação e compreensão inicial fosse capaz de resolver, sua história é uma amostragem da história indígena no Brasil, uma história que entre violências e vicissitudes, percorre caminhos tortuosos.

Narrativas da história: o mito do herói pacificador e os indígenas Xokleng

Ao pesquisarmos a temática indígena Xokleng em Santa Catarina nos deparamos com grande quantidade de produções bastante variadas. O excesso de informações, e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

algumas incongruências, nos levou a organizar esse material não observando somente o conteúdo produzido, mas também quem o produziu. Estabelecemos assim uma tipologia de produções para melhor compreensão do assunto, buscando situar diferentes perspectivas que, por sua vez, não estão isoladas, por vezes se confundem, possuem distanciamentos e aproximações, se cruzam e dialogam entre si.

Assim, para efeitos de compreensão, entre indivíduos e grupos sociais, identificamos pelo menos quatro atores interessados em contar a história indígena, e em especial, dos povos Xokleng no Alto Vale do Itajaí/SC, são eles: o próprio agente do SPI, memorialistas locais, os povos indígenas e pesquisadores profissionais.

Um dos primeiros interessados em contar essa história é o próprio Eduardo Hoerhann, talvez ele seja o principal criador de sua imagem mítica, que vai desde a lembrança de seu parentesco com outro “herói”, até seu túmulo, uma ideia de sua autoria, que possui uma grande lápide em formato de ponta de flecha que hoje é ponto turístico da cidade de Ibirama. Na epígrafe, consta a seguinte inscrição: “Aqui jaz KATANGHARA de seus nobres feitos podem falar as matas virgens de Santa Catarina ou oi koingang [sic] de longos e negros cabelos que bem o conheceram”. A inscrição chama a atenção pelo fato de não citar os Xokleng ou Botocudos, por ele pacificados.

Outro fato que chama a atenção de quem analisa as fotos da juventude de Eduardo em meio aos indígenas é o contraste entre o civilizado e o selvagem que se deseja mostrar em muitas fotografias, que lembram missões civilizadoras europeias na África, seja pelas roupas, pela postura ou semblante de tranquilidade do colonizador, alguém que demonstra saber o que está fazendo. Em algumas imagens Eduardo aparece sentado e os indígenas, antes semi-nus, aparecem atrás dele bem vestidos, usando roupas, isto é, já no caminho da civilização. Tais práticas estavam de acordo com a proposta ideológica e de integração do SPI, que desejava ver o índio “como um futuro ‘branco’ dissolvido pela amalgamação racial e pela assimilação na comunidade nacional” (RIBEIRO, 2017, p. 172).

Muitas são muitas as cenas da vida do “Pacificador” que transmitem a ideia de um indivíduo extraordinário e idealista que se lançou na mata brasileira por motivos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

humanitários e civilizatórios. Eduardo Hoerhann, se autointitulava como o principal, se não o único, pacificador de índios:

Albert Fric se apresentava como ‘pacificador dos indígenas de Santa Catarina’, título que lhe havia sido outorgado pela Liga Patriótica de Florianópolis”, o título de ‘pacificador’ também foi dado pela Liga a Bernardino Silveira que em 1907 tentou um aldeamento no lugar de Pombas, no Alto Vale do Itajaí. Tivemos oportunidade de ver um cartão de Fric com esse título numa oportunidade em que Eduardo Hoerhann criticou severamente Fric que ele ‘nunca pacificou um índio’ (SANTOS, 1987, p. 124).

Essa percepção, traz prejuízos à compreensão histórica de sua trajetória, pois o servidor do SPI não é percebido como alguém que age, por vezes, de modo ambíguo e contraditório, como um indivíduo pertencente a um contexto histórico específico, fruto de seu próprio tempo.

Tal perspectiva, de caráter escatológico, que contribuiu para criar uma auréola mística e personalista em torno do agente do SPI é compartilhada pelo grupo denominado aqui de memorialistas locais. Um grupo heterogêneo que reúne imigrantes e seus descendentes, pessoas que conheceram e/ou conviveram com Eduardo Hoerhann, indivíduos vinculados às madeiras, indivíduos diversos vinculados aos municípios onde se encontra a Terra Indígena Ibirama, como professores, e pesquisadores amadores, entre outros. Sendo este grupo bastante heterogêneo, o que os liga é a perspectiva do “herói”, “as vicissitudes” e os “grandes feitos do pacificador”.

Em muitas destas narrativas o aparelho estatal se torna quase invisível para dar lugar a figura do herói e as suas iniciativas pessoais. Eduardo Hoerhann, age de forma predestinada, com sua coragem e capacidade de iniciativa pacificou os temidos e selvagens indígenas. Situamos aqui a obra “O Município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento”, publicado em 1917, como fundadora dessa corrente. O livro escrito em língua alemã por José Deeke, Diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, dedicou um capítulo à “Questão Indígena”.

Igualmente, pertencem a esse grupo indivíduos e empresas ligadas a exploração da madeira na Terra Indígena Ibirama, interessados em preservar a memória, talvez mais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

através dos esquecimentos do que das lembranças, ou através de uma narrativa fatalista na qual “a roda da História seguiu seu curso. Todos têm e ninguém tem razão” (MARCHETTI, 2019, p. 621). Cabe refletir qual o significado desta frase, o que pretende revelar ou esconder? Nessa perspectiva, o agente do SPI é apresentado como “um singular herói dos começos do século XX”:

Ao propor contar parte da história de Eduardo Hoerhann, caminhamos entre duas vertentes: a de apresentá-lo como o herói civilizatório e pacificador do choque entre índios e brancos na penetração do Vale do Rio Itajaí ou como um herói literário de Joseph Conrad neste Vale do grande Rio Itajaí, que foi o seu *Coração das Trevas*. Um conradiano que fugiu da civilização aos 16 anos para “morrer se preciso for, matar nunca” daqueles idealistas do começo do século XX que, sob a influência de Rondon e seus seguidores, positivistas e humanistas armados com a razão, a moral e a ciência, pregavam serem capazes de salvar os seres humanos da barbárie. [...] Aludir a Conrad faz lembrar a novela *Coração das Trevas*, que narra as desventuras de um emissário avançado do progresso enviado pelo Império Britânico aos confins do Congo, um complexo personagem que sobe um rio até se destruir em choque com o mundo primitivo (MARCHETTI, 2019, p. 622).

Em relação aos conflitos analisados de modo apressado ou silenciados nessa perspectiva, cabe citar uma importante fonte, que auxilia para o preenchimento de algumas lacunas dessa história. O documento intitulado “Dossiê Marchetti”, produzido em 1977 pelo Estado Maior do Exército Brasileiro, relata crimes relacionados a exploração da madeira na TI Ibirama, praticados por detentores do poder econômico e político regional, indivíduos bastante prestigiados. Atualmente, seus nomes fazem parte da toponímia local, denominando ruas e praças, entre outros.⁹

O documento, bastante minucioso apresenta inúmeras informações, entre estas refere que em Ibirama “o organismo policial do Município quase sempre foi conivente com os abusos dos madeireiros, dando cobertura especial ao grupo Marchetti”. Nas folhas 8 e 9, o relatório apresenta, entre outras, as seguintes conclusões:

⁹Localizado na Biblioteca Temática: “Cidadania, Violência e Direitos Humanos” (Povos Tradicionais) do Acervo Digital da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o “Dossiê Marchetti” contém 24 páginas. Trata-se de documento confidencial, referente ao Posto Indígena Duque de Caxias, Ibirama (SC), relata as invasões e a exploração ilegal de madeira nas terras Xokleng, por décadas. Conforme o documento, estas ações eram coordenadas pelo empresário do ramo madeireiro e ex-prefeito do município de Ibirama Manoel Marchetti, que contava com a colaboração, omissão ou participação direta, de agentes da FUNAI.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Desde 1963, vem o Posto Indígena Duque de Caxias, em Ibirama/SC, sendo alvo de um processo espoliativo. Em 1963, colonos tentaram tomar as terras do Posto e a partir de 1967, sua reserva florestal é alvo de investidas por parte de madeireiras ávidas de lucros fáceis. Tal ordem de coisas permanecerá enquanto subsistirem os seguintes fatos:

a. Corrupção por parte dos chefes do Posto

Dos três que ali passaram, dois foram indicados como cúmplices do principal madeireiro local, Manoel Marchetti, o qual também responde por processo penal. O atual chefe do Posto, Ari Martins, já aliciou-se ao grupo Marchetti.

b. Falta de fiscalização das derrubadas, oriundas de concorrência da FUNAI

Durante a execução dos trabalhos de derrubadas de madeira por força de concorrência da FUNAI, nunca houve nenhuma fiscalização quanto as quantidades de madeira realmente retiradas, tanto por parte da FUNAI, como por parte do IBDF.

c. Impunidade penal de Manoel Marchetti

Tal fato estimula as explorações no Posto Indígena.

d. Prestígio político de Manoel Marchetti

Apesar de todas suas trampolinagens, continua a gozar do beneplácito de altas autoridades estaduais e a mandar no município de Ibirama... (DOSSIÊ MANOEL MARCHETTI, 1977).

A relação entre empresas madeireiras, FUNAI, povos indígenas Xokleng e suas terras, bem como a produção de materiais e de conteúdos sobre essa história por parte de agentes ligados às indústrias madeireiras trata-se de um caso ainda pouco analisado, que necessita de mais pesquisa, investigação e estudos.

O terceiro grupo interessado em contar a história dos povos indígenas do Alto Vale é formado por pesquisadores profissionais, antropólogos e historiadores em sua maioria, vinculados à instituições acadêmicas. Estudos e pesquisas sobre os Xokleng são feitos desde a primeira metade do século XX, os quais foram revitalizados nas últimas duas décadas. Contudo, o maior expoente dessa corrente é o Professor Sílvio Coelho dos Santos, antropólogo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que através de suas pesquisas produziu inúmeras e qualificadas obras sobre os Xokleng, entre livros, artigos e comunicações, as quais são referências obrigatórias para qualquer um que se dedique a estudar o tema.

Por fim, o último interessado em contar essa história são os próprios indígenas, que relatam sua trajetória, ressignificando sua identidade a partir do termo Laklãnõ, e da luta histórica por suas terras (atualmente ameaçadas pela discussão em torno do Marco

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Temporal, Projeto de Lei 490/2007). Tal perspectiva, se relaciona com a manutenção da identidade Xokleng/Laklãnõ e, igualmente, questiona a figura de Eduardo Hoerhann como herói:

Muito se tem enaltecido funcionários do Estado brasileiro e o próprio Estado pela relação estabelecida no momento da “pacificação” e pela atenção dispensada ao longo de 70 anos. A exaltação é, no geral, narrada por quem se beneficiou do processo do ponto de vista econômico ou social. É recomendável uma revisão bibliográfica a partir do ponto de vista indígena, um recontar e refazer da história para que a paz seja de fato estabelecida e que de alguma maneira possa também os indígenas possam ser beneficiados. Ocorre que 100 anos é uma pequena fração de uma história milenar, que remonta a mais de quatro mil anos, já datada pela ciência moderna, certamente os mais cruéis e violentos (BRIGHENTI, 2014, p. 2).

Tratado de temas diversos, e também da questão biográfica de Eduardo Hoerhann, os indígenas têm mostrado outro viés, não mais o do pacificador, mas o dominador que ao final da história confessa reconhece que “o papel do SPI era o de engordar o sapo para a cobra comer, isto é, submeter o indígena para servir a sociedade dominante” (SANTOS, 1997, p. 59). Tal perspectiva contribui para uma análise mais aprofundada dessa história, de seus meandros e de sua complexidade.

Considerações finais

Conhecer a história dos povos originários é compreender a própria história do Brasil, a pesquisa em história ao reconstruir o passado, desconstrói mitos e visões que se distanciam da realidade dos acontecimentos ocorridos no tempo e no espaço. Estudos que buscam decodificar o processo de colonização no Brasil tem trazido enorme contribuição nesse sentido, contudo, a história indígena ainda é pouco conhecida de grande parcela da população, que somente poderá acessar esse conhecimento através da educação.

A história dos Xokleng e seus desdobramentos abordados nesse artigo se inscreve nessa perspectiva, trata-se de um história bastante estudada, porém ainda pouco conhecida pelo público maior, o que abre espaço tanto para visões idealizadas, que se

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

aproximam da ficção e dos romances do século XIX, quanto para visões preconceituosas que não reconhecem os atuais povos indígenas, por que estes se diferem daqueles do século XVI e das representações literárias. Em tempos de marco temporal e negacionismo, deve-se ter cuidado para que a história dos Xokleng em Santa Catarina não seja reproduzida de forma idealizada, contribuindo para mais desconhecimento e preconceito. Que essa história não seja transformada em um romance, permeado por aventuras, heróis e seus grandes feitos nas virgens matas catarinenses. Ao longo do tempo, esses indígenas foram destituídos de suas terras, é preciso ter atenção para que eles também não sejam destituídos de sua própria história.

Referências Bibliográficas

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Xokleng e a memória perdida: a história que é melhor não contar**. Conselho Indigenista Missionário Regional Sul (Cimi), 2014.

DEEKE, José. **O Município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 1995.

DOSSIÊ MANOEL MARCHETTI. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio – FUNAI (1977). Biblioteca Temática: “Cidadania, Violência e Direitos Humanos” (Povos Tradicionais), Acervo Digital da UFPR. Disponível em <<https://hdl.handle.net/1884/65325>>. Acesso em 28/07/2021.

HOERHANN, Rafael C. de Lima e Silva. **O Serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo: a Política Indigenista através dos Relatórios (1912-1926)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2005.

_____. **O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927-1954)**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2012.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MARCHETTI, Marcondes. Eduardo Hoerhann. In: SCHMIDT-GERLACH, Gilberto. **Colônia Blumenau no sul do Brasil**. Vol. 2, São José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, p. 621-647, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 7ª ed. São Paulo: Global, 2017.

ROHTER, Larry. **Rondon, uma biografia**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre, Movimento; Brasília, Minc/Pró-Memória/INL, 1987.

_____. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: Editora da UFSC; Itajaí: Editora da UNIVALI, 1997.

SCHMITZ, Paulo Clóvis. Eduardo de Lima e Silva Hoerhann protagonizou um feito que entrou para a história do país. **Notícias de Santa Catarina**, Florianópolis, 21 set. 2014. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/eduardo-de-lima-e-silva-hoerhann-protagonizou-um-feito-que-entrou-para-a-historia-do-pais/>>. Acesso: 15/07/2021.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí- Mirim**. 2ª ed. Porto Alegre: Movimento, 1999.

SOUZA, Aquiles Duarte de. **Fanny: uma vida em perspectiva**. Indaial/SC: Editora Grupo Uniasselvi, 2010.

WIJK, Flavio Braune. “Somos Índios Crentes”: dialéticas do contato, alteridade e mediação cultural entre os Xokleng (Jê) de Santa Catarina. **Tellus**, p. 11-51, Campo Grande/MS, ano 10, n.19, jul./dez. 2010.